

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MELLINE SASKIA BEZERRA DE SOUZA SANTOS

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO
CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2018

MELLINE SASKIA BEZERRA DE SOUZA SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO
CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito total para à
obtenção do título de graduada no curso de
Psicologia pelo Centro Universitário Doutor
Leão Sampaio.

Orientador: Tiago Deividy Bento Serafim

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2018

MELLINE SASKIA BEZERRA DE SOUZA SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL**

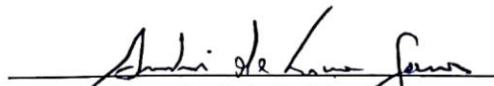
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à coordenação do curso de
Psicologia do Centro Universitário Dr.
Leão Sampaio, como requisito para
obtenção de grau de Bacharelado em
Psicologia.

Aprovado em: 12 / 12 / 2018

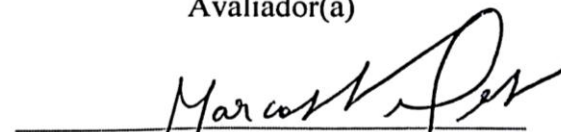
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Tiago Delvidy Bento Serafim
Orientador(a)



Prof. Esp. André de Lima Gomes
Avaliador(a)



Prof. Esp. Marcos Teles do Nascimento
Avaliador(a)

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Melline Saskia Bezerra de Souza Santos¹
Tiago Deividly Bento Serafim²

RESUMO

O presente artigo possui como objetivo de estudo compreender os diversos métodos de atuação do profissional de psicologia no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Posto isso, fez-se necessário caracterizar a atuação do psicólogo no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), a inserção do psicólogo no PAIF e como o psicólogo pode atuar no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), como são suas técnicas utilizadas, e como acontecem os seus planejamentos e como se dá o acolhimento realizado por este profissional. Considera a importância desse profissional no meio social e sua inserção em campos mais vulneráveis. Dessa maneira, no que concerne aos aspectos metodológicos recorre-se a revisão bibliográfica da literatura existente sobre a temática em questão. Nesse seguimento, defende-se o compromisso social da atuação do psicólogo na Assistência Social, visando a garantia dos direitos humanos e a promoção de cidadania.

Palavras chave: CRAS, atuação do psicólogo, assistência social, vulnerabilidade.

ABSTRACT

The purpose of this article is to understand the different methods of psychology professionals in the Reference Center for Social Assistance (CRAS). It was necessary to characterize the performance of the psychologist in the Service of Protection and Integral Assistance to the Family (PAIF), the insertion of the psychologist in the PAIF and how the psychologist can act in the Service of Social Living and Strengthening of Relationships (SCFV), how are their techniques used, and how their plans and the reception performed by this professional. It considers the importance of this professional in the social environment and its insertion in more vulnerable areas. About the methodological aspects, a bibliographical review of the existing literature on the subject in question is used. In this sense, I defend the social commitment of the psychologist in Social Assistance, aiming at guaranteeing human rights and promoting citizenship.

Keywords: CRAS, psychologist's, performance, social assistance, vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

A partir da experiência do estágio supervisionado no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS houve a identificação com a área social e comunitária, e o interesse pela atuação do profissional de psicologia diante das situações de vulnerabilidade e sobre como acontece à inserção desse profissional no meio social. Sendo relevante para a caracterização da Psicologia junto da assistência social, apresentando as demandas que permeiam as políticas sociais e como se efetiva a

¹ Discente do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO). E-mail: melline_saskia@hotmail.com

² Docente do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO). Mestre em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: tiagodeividly@leaosampaio.edu.br

atuação do psicólogo. Destarte, em especial há a ênfase a atuação do psicólogo na atenção básica, e como o seu trabalho é desenvolvido na instituição.

Por conseguinte, com o objetivo principal de compreender os diversos meios de atuação do psicólogo no CRAS, e caracterizar a atuação do psicólogo nesse âmbito e em seus serviços ofertados. Ademais, refletir sobre como se dão os planejamentos e a acolhida dos usuários por este profissional nesse campo e da sua inserção em campos mais vulneráveis. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica com o uso de artigos científicos, dissertações de mestrados, teses de doutorados ou outros documentos de interesse da área. Proporcionando aprofundamento na temática escolhida.

As famílias que buscam serem atendidas no CRAS são as que realmente necessitam dessa assistência, pois se é prestada assistência as famílias que precisam de um auxílio de um profissional e de uma assistência social da mesma, onde há, e se não houver, deve existir uma formação de vínculos e a participação nos serviços de convivência que lá são ofertados, e juntamente com isso são descobertas e trabalhadas as potencialidades dessas pessoas da comunidade.

Segundo Senra e Guzzo (2012) em detrimento ao pouco esclarecimento relacionado à atuação do profissional de Psicologia no ambiente da assistência social, o psicólogo é visto ainda por muitos como apenas o profissional que atua na clínica, com apenas a psicoterapia como método utilizado. Ocasionalmente assim, a dificuldade de as pessoas terem o conhecimento de inserção desse profissional nas suas diversas competências e nos seus diversos ambientes de atuação. E diante disso, vale destacar a importância desse profissional nos mais distintos campos de atuação, pois é necessário o contato do psicólogo diretamente com outras questões, dentre elas, as questões sociais e no que diz respeito aos direitos humanos.

Ainda na perspectiva dos autores citados acima, é de suma importância uma reflexão relativa ao psicólogo inserido no meio social, em que se obtém uma nova visão e se é contextualizado a inserção desse profissional nesse campo, focalizando-se nas desigualdades sociais. E também a reflexão por parte do psicólogo, que deve avaliar sua própria atuação em um contexto tão diferente e complexo, como o das desigualdades sociais, não requerendo apenas mudanças nos métodos de atuação, mas também em quais as mudanças são cabíveis e possíveis de acontecerem em um cenário como este.

Tratando-se da atuação do psicólogo, desenvolvem-se a partir do acolhimento, dos encaminhamentos realizados entre a rede, das intervenções e atividades com grupos específicos, visitas domiciliares, buscas ativas, acompanhamento familiar, dentre outras atividades ofertadas por este profissional.

Dessa forma, o psicólogo, busca proporcionar um atendimento adequado para um indivíduo que busca a sua identidade social. É de muita relevância demonstrar e destacar o conteúdo desse trabalho voltado para os usuários do CRAS, como o fortalecimento dos vínculos, o trabalho junto às famílias, o cuidado com o bem-estar social, dentre outros de grande relevância para o conhecimento do meio social.

Além disso, contribui-se também de forma que soma em grandes proporções para o conhecimento ético e técnico, em que se possa associar a prática com a teoria. Assim, desenvolvendo um melhor trabalho com as políticas públicas, a intersectorialidade, o matriciamento na atenção básica, dentre outros, que possibilitam também, um melhor desenvolvimento pessoal acerca dessa contribuição.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

A política pública se faz em um conjunto de convicções que são relacionadas aos valores humanos, que envolve e desenvolve diferentes tipos de estratégias que possam vir a efetuar pareceres. É focada das ações do poder público, desde suas regras até suas intervenções dentro da comunidade, ou seja, é o processamento de construção e fixação do funcionamento do poder político, envolvendo a partilha do poder e do papel social dentro dos conflitos e processos sociais, abrangendo os atores sociais com os seus interesses e projetos diante das necessidades de cada um, e assim, para que cada um desses sujeitos possa adquirir determinada concordância, contribuindo para um processo de elaboração e em seguida ter amplitude e ser levado a um público maior, e haver legalizações e legitimações com êxito (TEIXEIRA, 2002).

De acordo com o autor acima citado, tem como objetivo principal o acompanhamento de cada sujeito da comunidade, pois se trata de conteúdos de interesse de todos, e que envolvem principalmente nos setores em que as demandas são de situações mais vulneráveis e é preciso desempenhar e serem reconhecidos os direitos de cidadania de cada um, com ajustamento de conflitos e os interesses sócias sob domínio.

Contudo, sublinha-se que a garantia de direitos sociais vem ser institucionalizada no Brasil na década de 80, mais precisamente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o direito a condições básicas vem ser garantido enquanto uma responsabilidade estatal. Antes de constituir-se enquanto direito, a assistência era desenvolvida com um caráter assistencialista e de benemerência (SOUZA; GONÇALVES, 2014)

É um dos mais importantes campos do conhecimento, pois se trata de algo para além de elaborações, regras, instituições e modelos de avaliação, em que muitos fatores corroboraram as políticas sociais e econômicas, e sendo reconhecidas e passando a possuir um grande destaque, assim também, como novas visões de papéis de governo, e o desenvolvimento que tem por objetivo promover o acesso aos direitos humanos e a inclusão social (SOUZA, 2006).

Ainda segundo o autor supracitado, as políticas públicas são direitos que regem a cidadania e humanização de todos, sob influência entre participações públicas ou privadas, que assegura os direitos do cidadão quanto assunto social, cultural, econômico, de saúde, e educação. Sendo eles de forma direta ou indiretamente. E possuem uma vasta influência nas vidas de todos os cidadãos, pois são a realização de planos feitos pelo governo e a execução dos mesmos. Constitui-se um processo de aprendizado e dinâmico, com fases que fazem parte desse processo de formação das políticas públicas, dentre elas, como ocorre à implementação e avaliação de opções e alternativas que se foram identificadas, pensadas e programadas para determinada ação.

Destarte, destaca-se que a presença da Psicologia nas políticas públicas é ancorada em uma perspectiva crítica e histórica, mostra-se relevante na compressão da dimensão subjetiva das questões sociais. Essa atuação deve direcionar-se ao serviço da Psicologia em prol do objetivo e do compromisso ético-político com a transformação social, negando a neutralidade dos profissionais, afirmando a sua historicidade enquanto seres sociais e ativos no processo de superação as desigualdades sociais (GONÇALVES, 2010).

2.1 O SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) iniciou o seu desenvolvimento em 2005, com o propósito de endossar uma política de organização e definição determinando um novo modelo de gestão para a área social, um modelo que visualiza ações descentralizadas (ANDRADE; ROMAGNOLI, 2010).

Com o surgimento do SUAS, foi inserido decisivamente a inserção do psicólogo nos trabalhos da assistência social, pois a presença do profissional de psicologia é fundamental nos processamentos em muitos dos casos que são levados para a assistência, sendo de suma relevância a articulação dos dois profissionais, tanto da psicologia, como da assistência social, que compõem a equipe de um dos principais equipamentos de proteção (PEREIRA; GUARESCHI, 2017).

Assim, conforme Cruz (2009) surge com uma proposta de realização de serviços inteiramente voltados para a população mais carecida e vulnerável, em que há a promoção de assistência social para quem necessita, priorizando o atendimento as famílias residentes nos ambientes de risco. E nesse contexto dá-se ênfase ao desenvolvimento do protagonismo social, em que se tem a introdução dos indivíduos nas atividades articuladas voltadas para os mesmos.

O SUAS é a garantia do direito à assistência social, possuindo um modelo igualitário, em que há a participação e a possibilidade de colaboração por parte da sociedade e dos profissionais, que juntos desenvolvem essa política. A partir disso, sustentam suas ações com a participação de todos. São elaboradas de maneira em que se articulem os três níveis de governo (municipal, estadual e federal). E enfatiza que o que se tem como marca registrada, como por exemplo, serviços filantrópicos, e a doação de alimentos, de roupas, o pagamento de contas de luz, água, dentre outros, como um ato de realização de um favor ou de uma ideiação completamente assistencialista, e não são vistos pelos sujeitos como um direito que os mesmos possuem, quando na verdade esse sujeito deve ter conhecimento dos seus direitos como cidadão e colocar em uso a assistência que se é prestada a pessoa com direito (COPOLA, 2016).

Os serviços oferecidos pelo SUAS foram regulados conforme a complexidade de cada um deles, diante disso subdivididos em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Em que a Proteção Básica é a prevenção das situações que levam o indivíduo a buscar pela assistência, é a presença desses indivíduos onde são ofertados os serviços, apresentando vulnerabilidade social e a fragilização dos vínculos sociais e afetivos. Enquanto isso, a Proteção Social Especial oferta o

atendimento nos casos em que houve a violação dos direitos (COSTA; CARDOSO, 2010).

2.2 O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública, pertencente à política da assistência social, política essa, que conta com a proteção social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é destinada para as pessoas que tem maiores vulnerabilidades sociais e com uma situação mais preocupante do que o restante da população. É a estrutura física que dá a execução ao Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF). Sabendo disso, o CRAS é a unidade onde o serviço PAIF é ofertado para as famílias, só existe esse serviço se houver um CRAS (BRASIL, 2013).

De acordo com Andrade e Romagnoli (2010), esse equipamento público é enquadrado na Proteção Social Básica, intervindo assim, na prevenção das situações de risco existentes nesse território em que existe a vulnerabilidade e as principais marcas para que haja os rompimentos dos vínculos como marco principal. Dentro dessa instituição há a realização dos serviços de Proteção Social Básica, como os projetos e programas desenvolvidos e executados intensificando e valorizando a família, como algo que é referência e exemplo e assim, podendo potencializar a criação de novos vínculos e o fortalecimento dos mesmos, encaixando-os no contexto social de cada território.

Para estar em atividade o CRAS deve contar com uma equipe de referência técnica, que possui o assistente social e o psicólogo como técnicos responsáveis, que juntos articulam e desenvolvem a programação para realização das políticas de assistência social. Intervém-seem parceria com as famílias assistidas para juntos promover a socialização, a formação de novos vínculos, manterem os vínculos já existentes, dentre outros (CRUZ, 2009).

Com objetivo de viabilizar os direitos socioassistenciais e diminuir os riscos sociais e as vulnerabilidades que atingem as famílias, foi criado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), competindo a esse serviço oferecer suporte às famílias existentes e com referências no CRAS. Tendo como finalidade proteger as famílias e prevenir a ruptura dos vínculos, promovendo assim, o fortalecimento uma

melhoria e contribuição na formação de vínculos e promover o acesso aos direitos sociais (BRASIL, 2013).

São famílias de prioridade do PAIF, aquelas que estão vivendo sem acesso à educação, saúde, moradia e outros direitos de garantia dos seres humanos. Adentrando também, as prioridades do serviço, as famílias não habitadas em seu território de origem, como por exemplo, os quilombolas, indígenas, entre outros. Em contextos de violência, crianças que ficam sozinhas em casa, ao desemprego, integrantes que necessitem de cuidados especiais, como por exemplo, cadeirantes, transtornos mentais e outros cuidados especializados (BRASIL, 2013).

2.3 A PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O trabalho exercido pelo psicólogo na assistência social vem sendo distinto há pouco tempo no Brasil, desde a década de 80, e ainda são muitas as reflexões e as dúvidas sobre a prática desse profissional na assistência. É elaborado como uma amplificação desses profissionais envolvendo-se diretamente com as questões de realidades mais vulneráveis junto de questões sociais das mais diversas. A inserção desse profissional na área passa por inúmeros desafios, dentre eles há destaque no que se refere de que a ideia que o psicólogo somente deve atuar na clínica, ficando de fora dos setores públicos e de assistência, enfrentando assim, grandes desafios e em busca do lugar do profissional de psicologia nas políticas públicas. Sendo necessárias orientações e estruturação para a preparação desse profissional para uma melhor e mais proveitosa intervenção no meio social (SENRA; GUZZO, 2012).

Apesar de ser pensado que os profissionais de Psicologia e de Assistência social são completamente distintos um do outro, são encontradas semelhanças em suas práticas, o que se faz refletir nos diversos efeitos que são causados em suas especificidades. São realizados o acolhimento e atendimento dos usuários que buscam o serviço, de uma mesma forma por ambos profissionais, as atividades de caráter mais burocráticos que também são realizadas por ambos, assim como algumas visitas de busca ativa e alguns acompanhamentos, pois nem sempre as visitas são destinadas aos dois profissionais. Além disso, há aos benefícios eventuais, que são destinadas apenas ao assistente social, dentre outras especificidades características (ANDRADE; ROMAGNOLI, 2010).

Segundo os autores supracitados acima, até mesmo por parte dos usuários do serviço há a identificação na distinção do atendimento por cada profissional, e também nas intervenções realizadas pelos mesmos, pois em momentos são compreendidos até onde os dois profissionais intervêm juntos, mas que com atividades diferentes e também reconhecem que existem momentos específicos de direcionamento para cada um desses profissionais. Para a Psicologia são trazidas as demandas como as de relações emocionais, e como se dá a dinâmica desse usuário com os membros de suas famílias, e quanto ao serviço social, se é destinado assuntos como os de relatórios sociais, orientações destinadas aos seus direitos humanos, os benefícios eventuais, dentre outros serviços característicos da assistência. E a partir disso ocorre o distanciamento de cada função em suas técnicas e procedimentos a serem realizados.

2.4 A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CRAS

Quanto à atuação do psicólogo no CRAS, vale ressaltar em primeiro plano os desafios que são enfrentados por este profissional na área social, pois se trata de uma especificidade na qual o psicólogo é pouco visto e que por muitos nem se sabe ao certo o que se faz esse profissional nesse campo de atuação. Diante disso, a atuação desse profissional se vem acompanhada por diversos desafios, dentre eles as condições das instituições dos serviços públicos que destoam das políticas instituídas e que apresentam uma má gestão e funcionamento. Dessa maneira, culminando sobre a falta de recursos financeiros, implicando na não realização dos projetos elaborados para as demandas da instituição, diminuição no número de funcionárias e um grande número de atividades a serem realizadas, bem como a má infraestrutura do espaço em que o CRAS é instalado (SCHIBULSKI et al, 2017).

É encontrada também, conforme Andrade e Romagnoli (2010), a necessidade de uma melhor articulação por parte dos psicólogos e a rede de assistência, pois na prática do dia a dia ainda existe uma não articulação relacionada aos trabalhos a serem exercidos nos setores públicos, fazendo assim, com que haja falha no desenvolver da intersectorialidade, e nos setores diversos do serviço público, sendo preciso ações com práticas que venham a fortalecer o trabalho da rede.

Diante disso, se é sentido de verdade o impacto que é designado dessas condições de gestão pública, incluindo também, grandes repercussões na falta de

investimento para com essas pessoas e no que é ocasionando diante de tanta falta de consideração, tanto com o profissional, que busca fazer o seu trabalho de forma correta e ativa, em prol do desenvolvimento e de melhores condições de vida em determinada comunidade, e com as pessoas de tal comunidade, que são a prova viva de descasos, e que merecem respeito e cumprimento do serviço público para com os seus direitos humanos (SCHIBULSKI et al, 2017).

Nessa perspectiva, as mais diversas críticas e pensamentos sobre o perfil profissional do psicólogo, no qual dá direito a que sejam buscados quais os referenciais que existem diante dessa atuação, quais as possíveis formas de como atuar, os espaços de trabalho e também, quanto a categorização profissional, e com isso parte essa visão de crítica no que diz respeito à busca pelo contexto comunitário e junto de intervenções que busquem transformar a realidade social das pessoas mais vulneráveis. Com isso, há a crescente protagonização da população e o desenvolvimento de atores sociais, que juntos lutam e buscam melhores condições de vida (LEÃO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2014).

Nesse sentido, os desafios encontrados se destacam também, o pouco conhecimento por parte das pessoas e por muitos profissionais, relacionados à atuação no CRAS, ao que se é destinada a esse profissional nesse âmbito. Devido a ser uma área onde o psicólogo atuava até alguns anos atrás com muita pouca frequência, e também pelo o que as pessoas idealizam da sua profissão no ambiente social, pois muitos ainda vêem o profissional de psicologia como o clínico, que apenas diagnostica as patologias e transtornos mentais, quando na verdade ele está ali para um trabalho psicossocial (SCHIBULSKI et al, 2017).

Dentre as muitas atividades realizadas por psicólogos, a atuação desse profissional no SUAS dá ênfase ao empoderamento dos usuários, seja ela de qual quer forma que seja, sendo em ocasiões de vulnerabilidade social, com o objetivo de lhes dar aos indivíduos envolvidos o suporte necessário para suprir a superação das fragilidades que cada um possui. A partir desse momento, o psicólogo deve acolher as famílias praticando assim as visitas domiciliares; desenvolvendo projetos culturais e realizando intervenções com grupos junto com a equipe do CRAS, para encontrar soluções para a formação de vínculos e o fortalecimento dos mesmos (ANDRADE; ROMAGNOLI, 2010)

Dessa forma, conforme a prática profissional do psicólogo, juntamente com as políticas públicas de assistência social e com os profissionais da área social, o

psicólogo desenvolve intervenções nos serviços prestados e em programas de assistência social e projetos financiados pela proteção social básica. A partir disso, são desenvolvidos os direitos dos cidadãos perante o trabalho exercido pelo psicólogo e da proteção da assistência social (CREPOP, 2008).

Para tanto, a psicologia tem um papel de suma importância na assistência social, para a implementação do SUAS, sobre tudo na atuação do CRAS. Como paradigma psicossocial a psicologia possui o compromisso com as políticas públicas de assistência social, onde o psicólogo age de forma a transformar o eixo social, focando nas necessidades dos moradores da comunidade. Nesse contexto, a psicologia oferece a criação de novas perspectivas, preocupando-se em proporcionar a emancipação social das famílias daquele habitat e fortalecer o vínculo familiar e comunitário. Contudo, as execuções das práticas psicológicas não se categorizam as patologias, e sim, a subjetividade daquele indivíduo que busca o reconhecimento de sua identidade pessoal, e a compreender o processo pelo qual o mesmo está buscando (CREPOP, 2008).

3 METODOLOGIA

Segundo destaca Marconi e Lakatos (2003), a revisão bibliográfica é caracterizada pelo levantamento da literatura existente acerca do objeto de estudo, em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado ou quaisquer documentos que interesse ao pesquisador. Diante disso, proporciona um aprofundamento sobre a temática escolhida e possibilita caminhos para a composição de novas pesquisas.

Então, a pesquisa em questão se ancora na abordagem qualitativa e como base de dados foi utilizada a plataforma do google acadêmico. Os descritores utilizados foram: a assistência social e psicologia; psicólogo no CRAS; psicologia e CRAS; atuação do psicólogo no CRAS; e desafios do psicólogo no SUAS. Foram utilizados artigos dos anos de 2002 a 2018, por tratar-se de um tema que ao longo do tempo sempre esteve em crescente construção.

Os critérios de inclusão foram: artigos que falem especificamente da diferenciação das práticas do psicólogo em relação aos demais profissionais; como se dá a atuação do psicólogo no CRAS; o que faz esse profissional dentro da assistência social. E foram excluídos artigos que não diferenciavam a atuação do

psicólogo dentro das equipes multidisciplinares e os que não delimitavam o que era de fato dever do psicólogo na instituição. A busca foi realizada durante os meses de fevereiro a novembro de 2018.

Tal pesquisa também elucida o caráter metodológico descritivo, que busca caracterizar fenômenos sociais, grupos e indivíduos, capturando suas nuances, conforme aponta Gil (2002). Em consonância com isso, estando diretamente implicado com o objetivo de caracterizar a atuação do profissional psicólogo no CRAS.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se essa temática de suma importância para a formação em Psicologia. Desse modo, caracterizar a atuação do profissional de Psicologia em Centro de Referência da Assistência Social visa esclarecer o conhecimento das atividades realizadas por este profissional, e o que o mesmo desenvolve no âmbito da assistência social. Posto isso, traz para o centro da questão a intervenção do psicólogo nas situações mais vulneráveis e a sua inserção nesse meio.

Diante desse contexto, trata-se da relevância de um equipamento que é de pouco conhecimento por muitos dos membros de uma comunidade, e que se faz necessário ser exposto e apresentado o serviço que nele é prestado. A partir do reconhecimento pelos sujeitos da comunidade da assistência social como espaço de socialização e fonte de apoio, as classes subalternizadas e vulneráveis da sociedade podem reconhecer e lutar pelos direitos que lhe são negados cotidianamente.

Nessa perspectiva há a reflexão tanto dos profissionais de psicologia, como os de assistência social, juntamente como os usuários do serviço, pois ambos apresentam uma melhor visão do contexto em que estão inseridos. Passando assim, a realizar avaliações sobre em qual campo estão inseridos, e quais as possíveis mudanças devem ser realizadas por distintas as partes, bem como o que pode ser melhor apresentado e trabalhado em um local com circunstâncias sociais tão diversificadas.

Descrevendo assim, a atuação do psicólogo nos acolhimentos, grupos do serviço e a ênfase de uma perspectiva sócio-histórica diante da realidade social. Nesse ínterim, afirmando o compromisso político da ciência psicológica com a democracia e promoção de direitos, contrapondo-se a quaisquer práticas

discriminatórias e de aviltamento da dignidade humana, lutando por uma sociedade mais justa e equânime.

Concluindo como de imprescindível a presença de um profissional de psicologia em um CRAS, pois o mesmo é de caráter necessário e de grande relevância, construindo junto com a comunidade os seus valores e ajudando-os a desenvolverem os seus respectivos papéis como atores sociais, como pessoas que buscam e luta diariamente pelos seus direitos na sociedade. O psicólogo é peça fundamental nessa formação, contribuindo para o desenvolvimento e reconhecimento dos sujeitos como ser no mundo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. F.; ROMAGNOLI, R. C. **O psicólogo no CRAS: Uma Cartografia dos Territórios Subjetivos.** Psicologia ciência e profissão, n. 30, v. 3, p. 604-509, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2820/282021784011/> Acesso em: 21/03/2018.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social.** 2013. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif> Acesso em: 23/02/2018.

CFP, Centro de Referências Técnica em Psicologia em Políticas Públicas (CREPOP). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS/ Conselho Federal de Psicologia (CFP).** Brasília, CFP, 2007, (re-impressão 2008)

COPOLA, W. N.; Sistema único de assistência social: um recorte do município de Rezende-RJ. **Rev. Episteme Transversalis**, v. 7, n. 2, jul/dez 2016, p. 120-128. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/index.php/episteme/article/view/634/584> Acesso em: 19/11/2018.

COSTA, A. F. S.; CARDOSO, C. L.; Inserção do psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. **Rev. Interinst. Psicol**, Minas Gerais. v. 3, n. 2, p. 223 – 229. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/115-984-1-PB.pdf> Acesso em: 21/05/2018.

CRUZ, J. M. O. Práticas psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social. **Psicologia em foco**, Aracaju, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161_073535_ARTIGO2-PraticaspsicologicasemCRAS.pdf Acesso em: 19/03/2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, M. da G. Psicologia e Políticas Públicas. In: GONÇALVES, M. da G. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 2010

LEÃO, S. M.; OLIVEIRA, I. M. F. F.; CARVALHO, D. B. **O psicólogo no campo do bem-estar social**: atuação junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 264-289. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v14n1/v14n1a15.pdf> Acesso em: 13/10/2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A.; A psicologia no CRAS: um estudo de representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, 29: e119584. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e119584.pdf> Acesso em: 19/11/2018.

SCHIBULSKI, C. B; et al. Atuação do psicólogo frente às demandas em unidades do CRAS. **Psico/Argum**.v. 35, n.8, p. 98-118, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/23385-41482-1-PB.pdf> Acesso em: 27/08/2018.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 293-299. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/05.pdf> Acesso em: 19/03/2018.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, p. 20-25. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> Acesso em: 21/03/2018.

SOUZA, S. A. de; GONÇALVES, S. F. Política de Assistência Social: uma breve análise de seus avanços e retrocessos. In: 6° Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais e 2° Seminário de Direitos Humanos. 2014. Toledo. **Anais**. Unioeste. 2014, pp. 1-12 Acesso em: 27/11/2018.

TEIXEIRA, E. C.; **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Bahia, 2002. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf> Acesso em: 22/11/2018.